

INVASÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO
INVESTIGA AVANÇO DE
HOTEL NO LAGO PARANOÁ E
GOVERNO EMBARGA OBRA

SOBRE AS ÁGUAS

Rovênia Amorim
Da equipe do Correio

Onde havia água, hoje é terra firme. As invasões no Distrito Federal também avançam sobre o Lago Paranoá. Com a desculpa de que barcos e lanchas não conseguem ancorar em locais rasos — com menos de 50 centímetros de profundidade — empreendedores, com negócios à beira do lago, aterram as margens para a construção de marinas. E, com isso, acabam aumentando a área útil dos seus terrenos.

Essas novas terras criadas, entre o píer e o lote regular, são muito bem utilizadas. Desde uma área verde cuidada, com piscina, churrasqueira e quiosque até a construção de prédios ou galpões inteiros para guardar embarcações. Basta uma volta pelo lago para descobrir que os clubes são os principais invasores. Mas dezenas de moradores também fazem aterros e invadem uma porção do lago.

O Ministério Público do Distrito Federal promete dar um basta nessas ocupações irregulares, que desafiam as normas de edificação e colocam em risco o meio ambiente. O megaempreendimento do Lake Side Hotel Residence, um investimento de R\$ 70 milhões ao lado do Calçadão do Projeto Orla e com previsão de entrega para setembro do ano 2000, será o primeiro alvo dos promotores de Defesa da Ordem Urbanística.

Com base no material publicitário do empreendimento, a promotora Ana Luíza Leão Osório decidiu investigar. No processo, que conta com cópias de vários documentos, está um exemplar de anúncio que mostra, na própria arte final do conjunto de oito prédios de quatro andares, o avanço do aterro sobre o lago. A invasão foi confirmada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e pelo Instituto de Ecologia e Meio Ambiente (Iema), órgão da Secretaria de Meio Ambiente.

A promotora abriu inquérito civil público para investigar todas as possíveis irregularidades. A obra foi embargada pela Administração de Brasília. "Só que estão descumprindo o embargo. A obra não foi paralisada", diz Ana Luíza. Ela mostra o documento para provar que, em 8 de abril, a Wagner Empreendimentos Imobiliários foi multada em R\$ 1.050,00 por descumprir o embargo administrativo. "A multa é cumulativa sobre o dobro do valor da original."

MARINA IRREGULAR

Relatório da 14ª Superintendência do Iphan, responsável pela preservação da ordem urbanística do tombamento de Brasília, emitido em 29 de março, aponta que o Lake Side ultrapassou em 1.732,7 metros quadrados a taxa de construção permitida pelas normas de gabarito. Outro problema, segundo o mesmo relató-

André Corrêa



A obra da marina do Lake Side Hotel Residence foi embargada porque avançou 40 metros nas águas do Paranoá

rio, é o avanço da altura máxima permitida, que é de doze metros. O projeto apresenta quatro pavimentos, subsolo e cobertura, o que somaria 14,58 metros.

A marina também estaria irregular. Em 18 de maio do ano passado, o Iema emitiu auto de constatação, verificando o avanço sobre o lago e determinando o recuo para o limite original, previsto na escritura do lote, no prazo de 30 dias. Mesmo assim, de lá para cá, a obra do aterro continuou, sem interferência do poder público. Mês passado, o Iema resolveu agir. No dia 26, a obra da marina foi embargada.

Mesmo assim, o diretor do Iema prefere ser cuidadoso no comentário. "Há suspeita de que o lago tenha sido invadido. Pedi à Terracap para fazer a medição do terreno para checar se há mesmo invasão e de quanto é", diz Fernando Fonseca. Os técnicos do Iphan, no entanto, já fizeram medições na área e constataram a invasão. O avanço sobre o lago seria de 40 metros.

"A descaracterização de margem do lago é visível e acintosa", assinala a arquiteta Sandra Ber-

nardes, da 14ª Superintendência Regional do Iphan, que assina o relatório emitido pelo órgão. O Iphan também emitiu auto de embargo para a obra. O superintendente regional do Iphan, Marcelo Brito, explica que toda a região à margem do lago, voltada para o Plano Piloto, faz parte do tombamento federal.

E o Lake Side Hotel Residence está dentro dos limites do tombamento, no Setor de Hotéis de Turismo Norte. "Houve avanço expressivo para dentro do lago, o que mudou o perfil da área tombada", explica. "Embargamos a obra e a ordem não foi respeitada. Está sendo preparada uma ação judicial. É só o que tenho a dizer."

O empresário Wagner Sarkis, diretor comercial e um dos proprietários do Lake Side Hotel Residence, admite que aterrou parte do lago. Mas, defende-se, afirmando que não foi o único. "Todos os cais de Brasília têm aterro. Se não fossem feitos esses aterros, as lanchas não chegariam à margem porque a profundidade seria insuficiente. A hélice encostaria no fundo do lago."